

A IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO CENTRO DE ENSINO GRAÇA ARANHA PERÍODO DE 2021 E 2022.

Linda Beatriz Franco Higinio ¹
Roza Maria Soares da Silva ²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as contribuições do Centro de Ensino Graça Aranha em relação à formação continuada dos professores, mediante a implementação Base Nacional Comum Curricular da nova constituição do Ensino Médio. Consideramos ser pertinente a discussão, uma vez que a formação continuada de professores já não é vista apenas como responsabilidade apenas do professor, como também da gestão pedagógica da escola e principalmente do Estado, sendo assim, um processo intencional e consciente que ao mesmo tempo envolve o individual e o coletivo. A educação brasileira se configura em um contexto de muitas mudanças desde a homologação da Base Nacional Comum Curricular-BNCC respaldado pela Lei Nº 13.415/17, que traz propostas de mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sob o Nº 9.394/96. Entre as principais mudanças apresentadas, encontra-se a organização curricular como matriz curricular, carga horária e a oportunidade do aluno escolher entre as grandes áreas de conhecimento, os pré-itinerários formativos ofertados pelas escolas. Para fundamentação teórica, utilizaremos autores como Libâneo (2003, 2011), Pimenta (2000) e Candau (1998) que falam sobre a importância da formação continuada de professores, além de trazer Aguiar e Dourado (2020) com críticas a BNCC e como essa se deu. A proposta metodológica da pesquisa, é de cunho qualitativo, bibliográfico e de campo. Os dados serão coletados através de entrevistas semiestruturada pautada numa abordagem descritiva analítica, por meio da qual se pretende analisar como se desenvolveu a formação continuada de professores do Ensino Médio do Centro de Ensino Graça Aranha no período de 2021 e 2022. Contudo, consideramos que o lugar da formação, antes apenas visto como uma questão de prioridade formativa, passou a exigir análises no âmbito das estratégias políticas. Os resultados obtidos serão analisados e enviados aos institutos e entidades fomentadores.

Palavras-chave: Formação Continuada; Base Nacional Comum curricular; Novo Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

A formação de professores pode ser compreendida como processo educativo emancipatório. O conhecimento adquirido, a partir de então, pode servir como instrumento de resistência à regulação imposta, como pode se colocar a serviço de um contexto determinado.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - MA, lindafrancosilva@gmail.com;

² Professora Doutora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - MA, roza.silva@uemasul.edu.br.

Historicamente, a formação de professores foi tratada como inspiração pedagógica, ou ainda, como algo que cada profissional da área seria o único responsável para se qualificar e acompanhar as mudanças educacionais iminentes. Nos dias atuais, porém, ela assume uma posição valorativa explícita. Nesse sentido, além do indivíduo, o Estado e a sociedade e geral são responsáveis por contribuir com essa formação. Em outras palavras, é um processo intencional e consciente que ao mesmo tempo envolve o individual e o coletivo.

Nesta pesquisa tratou-se da formação continuada, ou seja, de um indivíduo que passou pelos processos institucionais de formação e já adquiriu a licença para o seu exercício profissional, sendo reconhecido legalmente e publicamente e, em seu desempenho, precisa estar repensando sua prática pedagógica. Considerando que não há professor em um vazio ou em uma visão impalpável, a formação, nessa conjuntura, está inserida num programa institucional. No caso aqui previsto, está elencado ao sistema de ensino público como principal mobilizador dessa formação.

Assim, os pressupostos que aqui apresentamos nos ajudarão na compreensão e na análise das tendências investigativas no campo da formação de professores, especificamente, em relação aos novos desafios propostos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A proposta de pesquisa, aqui apresentada, se pauta numa abordagem descritiva analítica, por meio da qual se pretende analisar como vem se desenvolvendo a formação de professores do Ensino Médio do Centro de Ensino Graça Aranha no período de 2021 a 2022. Contudo, consideramos, que o lugar da formação, antes apenas visto como uma questão de prioridade formativa, passou a exigir análises no âmbito das estratégias políticas.

Para melhor compreensão do que foi desenvolvido ao longo dessa pesquisa, buscamos objetivos específicos a serem desenvolvidos, sendo eles: averiguar como a gestão escolar está priorizando a formação continuada dos professores; analisar como vem se dando a formação e atualização das práticas pedagógicas e conhecer os desafios da implementação da BNCC.

Para fundamentação teórica, utilizaremos autores como Libâneo (2001, 2007), Caderno Pedagógico do Maranhão (2011) e a Base Nacional Comum Curricular (2018). A proposta metodológica da pesquisa, é de cunho qualitativo, bibliográfico e de campo.

METODOLOGIA

Para fins de realização desse projeto optou-se pela abordagem metodológica descritiva e analítica, por pensar que esse tipo de estudo nos permitirá conhecer as especificidades dos programas de formação continuada de professores, a partir da BNCC, desvelando os fenômenos das práticas pedagógicas.

O lócus da pesquisa foi no Centro de Ensino Graça Aranha. Escola do Ensino Médio da rede pública estadual da cidade de Imperatriz. Elegem-se como instrumento de coleta de dados para este estudo, dois momentos: o acompanhamento nas formações continuadas dos professores do Ensino Médio e a entrevista semiestruturada.

O acompanhamento nos auxiliou a conhecer como os pressupostos metodológicos da BNCC estão se configurando no planejamento anual, no Projeto Político Pedagógico, no plano de ensino, na disposição da carga horária das disciplinas optativas e nas propostas de avaliação.

As entrevistas semiestruturadas (Szymanski, 2004) serviram de suporte para a compreensão das análises dos indicadores revelados no processo de formação de professores. Visto que a partir da fala de professores e coordenadora pedagógica, foi possível conhecer a percepção acerca dos desafios promovidos na implantação e implementação do Novo Ensino Médio nas escolas de ensino médio da rede estadual.

Os sujeitos que participaram da pesquisa foram os professores e a coordenadora pedagógica do Novo Ensino Médio do Centro de Ensino Graça Aranha. Utilizou-se a entrevista semiestruturada para sistematização das falas dos sujeitos da pesquisa e para posterior análise e verificação junto a interface com a BNCC.

Por fim, optou-se pela análise do conteúdo, por se tratar de um “conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de prescrição dos conteúdos das mensagens” (Bardin, *apud* Franco, 2008, p.24) como recurso metodológico de análise dos dados. Esse recurso auxiliou na compreensão dos indicadores elencados na formação de professores e na análise das falas dos diferentes sujeitos deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de adentrar aos resultados da pesquisa, introduziremos rapidamente o que é a BNCC e como ela esta constituída.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que articula normas para o ensino e as aprendizagens necessárias e essenciais aos alunos de todo o território brasileiro, na Educação Básica. Ela foi prevista no Art. 210 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), e no art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro 1996). Em 2014, com a instituição do Plano Nacional de Educação, que está em vigência até o ano de 2024, a BNCC é citada como método de execução para as metas 2, 3 e 7.

Com as diretrizes que direcionam o ensino básico das escolas públicas e privadas do Brasil, ela é um conjunto de competências e habilidades focadas no ensino e nas aprendizagens dos alunos ao longo do curso, somada aos objetivos que direcionam a uma educação de qualidade, tem por propósito preparar os alunos para uma vida em sociedade

Para além disso,

A BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (Brasil, 2018, p.8)

Vale ressaltar que este documento não vem apenas para direcionar as escolas quanto a conteúdos e currículos, mas a partir dela pode-se perceber a importância de ações para a formação de professores, seja ela inicial ou continuada, como citado no trecho.

O Ensino Médio é a última etapa do Ensino Básico e, a partir do fim desta, o aluno pode escolher continuar os estudos, partindo para um ensino profissionalizante ou superior, ou ir para o mercado de trabalho, optando por profissões que não exigem para além disso.

Durante os três anos de Ensino Médio, porém, o aluno deve ser preparado para essas duas realidades, tendo em vista abranger as múltiplas juventudes que se encontram no âmbito escolar, sempre incentivando, é claro, a continuidade dos seus estudos, pois como afirmam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 2011 (DCNEM/2011),

“Está em jogo a recriação da escola que, **embora não possa por si só resolver as desigualdades sociais, pode ampliar as condições de inclusão social**, ao possibilitar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho” (Parecer CNE/CEB nº 5/2011; ênfases adicionadas)

Como explicitado pela DCNEM, quando há uma abordagem e postura correta da escola para com o aluno, esta pode proporcionar melhores oportunidades para melhor inclusão e ascensão social. Tendo em vista que, ao reconhecer os jovens e suas múltiplas culturas e/ou juventudes, abre-se espaço para reconhecê-los como membro ativo da sociedade em que está incluído e, protagonista da sua vida e história.

Tendo em vista essa realidade, entre os deveres da escola está o de acolher essas diversidades e promover respeito entre seus participantes e com a sociedade em geral. Atentando também para as necessidades de formar estes jovens em “sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis” (Brasil, 2018, p.463) através de experiências e processos que assegurem as aprendizagens fundamentais para essa interpretação de realidade tendo em vista a realidade em que cada um está inserido.

Visando atender às muitas demandas de formação no Ensino Médio, mostra-se necessário reconsiderar a organização curricular vigente para essa etapa de formação, tendo em vista o excesso de componentes curriculares e abordagens pedagógicas distantes das culturas vivenciadas pelos jovens.

Anteriormente a etapa do Ensino Médio era composta por doze matérias obrigatórias, sendo elas: Língua Portuguesa, Matemática, Biologia, Física, Química, Artes, Educação Física, Língua Inglesa, Filosofia, Geografia, História e Sociologia. O ensino médio é regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Diretrizes Curriculares Nacional do Ensino Médio (DCNEM), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o Documento Curricular Territorial (DCT) de cada região, que abrange a “parte diversificada” proposto pela LDB em seu art. 26,

“Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.” (Brasil, 2013)

Apesar de manter todas as matérias, hoje chamadas componentes curriculares, a obrigatoriedade já não é igual, sendo apenas Língua Portuguesa, Matemática e Língua Inglesa (Brasil, 2018) os componentes curriculares obrigatórios.

A fim de substituir esse modelo inflexível e único de currículo por um diversificado e mais passível a abrangência de todas as realidades, foi sancionada a nº 13.415/201754, que altera a LDB, determinando que, (Brasil, 2018)

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - Linguagens e suas tecnologias;
- II - Matemática e suas tecnologias;
- III - Ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - Ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - Formação técnica e profissional.

Essa reformulação, porém, não modifica a quantidade de matérias, apenas as agrupam em suas devidas áreas de conhecimento. Nessa nova estrutura se prevê também, a oferta dos chamados itinerários formativos, que conjecturam o aprofundamento em uma ou mais áreas de conhecimento, além de itinerários de formação técnica profissional, também ofertados nesse “Novo Ensino Médio”.

Estes itinerários formativos são uma forma de oferecer um ou mais componentes curriculares de acordo com a realidade local, compreendendo uma maneira de possibilitar ao estudante um aprofundamento na(s) área(s) de interesse. Os itinerários podem ser ofertados em forma de projetos, oficinas, polos de estudos ou como um conjunto de ciências ou disciplinas e também, na formação técnica e profissional.

Sendo assim, pode-se afirmar que o Ensino Médio tem uma nova organização, e está sendo apresentado e introduzido de maneira a modificar não só a forma de apresentação e currículo, mas também as propostas pedagógicas e quantidade de horas/aula necessárias. Quanto ao currículo, este passará a ser dividido em duas partes: Formação Básica Geral, que é composto pelas áreas de conhecimento de linguagens, matemática. Ciências da natureza e ciências humanas; e a parte diversificada, que será composta pelo Projeto de Vida, Tutoria, Cultura Espanhola - escolhida pelo Governo do Maranhão para Linguagens - Corresponsabilidade Social, Pós Médio e Eletivas, que serão divididas em duas: Eletivas de Base e Eletivas de Pré-Itinerário Formativo (Pré -IF) - é oferecido apenas para a 1ª série do Ensino Médio e tem como interesse a apresentação e, posteriormente, a escolha do aluno quanto o Itinerário Formativo pretendido (Maranhão, 2022).

Além de conhecer a BNCC, deve-se atentar principalmente, a sua implementação no que concerne as escolas e aos envolvidos por ela. Tendo como prioridade os professores, como se dá sua adequação a esse novo currículo e como está sendo trabalhada sua formação e aperfeiçoamento para a aplicação das reformulações dentro da sala de aula.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação sob o Nº 9.394/96 é clara ao afirmar que “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.” (Brasil, 2009). Ou seja, os professores do ensino básico, em especial ao serviço público estão dependentes diretamente do Governo, quanto a formação continuada, sendo realizado pelo ministério e secretarias responsáveis, ou seja, Ministério da Educação, a nível nacional, e Secretarias de Educação de cada estado ou cidade.

A BNCC também aduz sobre importância da formação dos professores, principalmente em vista a realidade da mudança estrutural do ensino médio, onde a parte diversificada é totalmente nova para os professores, ela explicita que “A primeira tarefa de responsabilidade direta da União será a revisão da formação inicial e continuada dos professores para alinhá-las à BNCC.” (Brasil, 2018), estando assim as duas em conformidade, vale ressaltar também que dentro das escolas o papel de “Propor e coordenar atividades de formação continuada e de

desenvolvimento profissional dos professores” (Libâneo, 2001, p.183) está diretamente ligado ao coordenador pedagógico.

Sendo assim, o MEC, as respectivas Secretarias de Educação e os coordenadores pedagógicos tem os mesmos deveres, cada um a seu nível. Mas não só eles, cabe também ao professor buscar sua formação continuada, tanto ao participar dos eventos realizados e propostos por essas entidades, como também ao “investir na atualização científica, técnica e cultural” (Libâneo, 2007, p. 43), de maneira que, essa necessidade deve partir de todos para alcançarem um objetivo em comum.

Ao observar como se deu a formação continuada dos professores, feitas pela Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, pode-se dizer que não são concernentes ao proposto pela BNCC, tendo em vista que esta se deu apenas por webinários, (vídeo conferencia) realizados via internet, duas semanas antes da volta às aulas, afetando os professores quanto a realização de seus planos de aula e criações de ementas, uma vez que dentre as implantações existentes na parte diversificada do currículo, existe as eletivas e pré-itinerários que são criadas pelos próprios professores em conjunto com a coordenação pedagógica, de maneira a abranger a realidade daqueles alunos, que conforme proposto pela BNCC devem ser protagonistas da sua educação.

Mesmo que regulamentada pela lei n. 12.056, de 13 de outubro de 2009, que aduz “A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância” (Brasil, 2009), pode-se perceber que neste caso, esta foi inadequada, e que seria mais congruente uma abordagem presencial ou que fosse feita em outra plataforma, que não o *Youtube*, onde se pudesse ter uma troca apropriada entre os professores e os responsáveis pela apresentação e implementação dessa nova realidade.

Entre as recomendações da BNCC para a concretização do novo ensino médio, está também a de

Promover e coordenar ações e políticas em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à avaliação, à elaboração de materiais pedagógicos e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (Brasil, 2018, p.21)

Sendo assim, cabe aos governos não só a formação dos professores, mas também a estruturação das escolas, de maneira a oferecer ensino de qualidade aos alunos, ofertando, assim, uma maior possibilidade de melhoria de vida e educação.

Muitas vezes, essas recomendações acabam ficando só no papel, tendo em vista as proporções continentais do Brasil, e a dificuldade em alcançar as cidades e vilarejos mais afastados. Durante a observação no Centro de Ensino Graça Aranha, pode-se observar que esta

não é a única dificuldade encontrada pelo Estado no alcance as escolas, mas também a má distribuição de renda entre as escolas públicas estaduais. Porque esta, mesmo sendo considerada uma das melhores escolas de ensino médio de Imperatriz, pode-se notar na fala dos professores a indignação pela falta de infraestrutura para recepcionar a implementação desse novo ensino médio e promover aos alunos todo o potencial proposto nos documentos que se encontra neste.

Entre os pontos a se destacar na falta de estruturação é que a BNCC,

Propõe que os estudantes utilizem tecnologias, como calculadoras e planilhas eletrônicas, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal valorização possibilita que, ao chegarem aos anos finais, eles possam ser estimulados a desenvolver o pensamento computacional, por meio da interpretação e da elaboração de algoritmos. (Brasil, 2018, p.528)

Porém, ao observar-se a realidade dos alunos de escola pública estadual em questão, nota-se que muitos não têm acesso a esse tipo de tecnologias, utilizando seus próprios smartphones, quando os tem, para o acesso as calculadoras e planilhas.

Ao ser ressaltado aos professores, eles informaram em seus relatos que “Os alunos baixam aplicativos, mas não os usam em sala de aula, porque a maioria não tem internet”, outra professora ainda complementa que “As escolas públicas estaduais não ofertam nem internet”. Observa-se nessas falas uma precarização da rede do ensino público estadual no ensino médio, que dificulta ainda mais a nivelção dos estudantes com o ensino privado afim de alcançarem boas notas em provas como o Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM, que garantem acesso ao Ensino Superior e assim, continuidade nos seus estudos.

Outro ponto que causou angustia aos professores, foi a diminuição na carga horária dos componentes curriculares, porque mesmo que, diferente de outros estados, o Maranhão não tenha aberto mão da obrigatoriedade de todas as disciplinas, houve uma diminuição. E, se já era difícil para o aluno alcançar o ensino superior com o acesso a uma boa parte do que é cobrado, como se dará agora que o que se desenvolve em sala de aula é praticamente um resumo do que se era ofertado.

Assim, há a possibilidade de um afunilamento ainda maior quanto o acesso ao Ensino Superior, facilitando ao aluno da Rede Privada, superioridade quanto ao domínio de assuntos cobrados nos vestibulares, porque esta não diminuiu a carga horária da formação básica, apenas adicionou ao contra turno a oferta da formação diversificada.

Entre os componentes curriculares da Formação Diversificada se encontra o Projeto de Vida, que como já explicado anteriormente é uma disciplina voltada para a construção dos caminhos do estudante para atingir a concretização de seus sonhos, além de importante para o desenvolvimento sociocultural e afetivo do aluno. É ofertado nos dois primeiros anos

do ensino médio, visando acompanhar o aluno nas decisões que abrangem não só sua vida acadêmica e profissional, mas pessoal. Cada ano aborda temas de organização, onde são pautados os conjuntos de aula, o primeiro ano é organizado em quatro conjuntos: Identidade, Valores, Responsabilidade Social e as Competências para o século XXI. No segundo ano, observa-se uma mudança nas pautas abordadas, que já abrangem o futuro do aluno e como alcançá-lo, seus conjuntos de aula também são quatro, uma para cada bimestre, Sonhar o Futuro, Planejar o Futuro, Definir as Ações e Rever o Projeto de Vida (Ice, 2021).

De maneira que, ao final do ensino médio, os alunos estejam capacitados para:

- Criar boas expectativas em relação ao futuro;
- Compreender que a elaboração de um Projeto de Vida deve considerar todos os aspectos da sua formação, sendo fruto de uma análise consciente e individual;
- Agir a partir da convicção de que o processo de escolha e decisão sobre os diversos âmbitos da vida são um ato de responsabilidade pessoal;
- Despertar para os seus sonhos, suas ambições e desejos, tendo mais clareza sobre onde almejam chegar e que tipo de pessoa pretendem ser, referenciando-se nos mecanismos necessários para chegar onde desejam;
- Conceber etapas e passos para a transformação dos seus sonhos em realidade;
- Compreender que seus sonhos podem se modificar na medida em que se desenvolvem e experimentam novas dimensões da própria vida e que o projeto de suas vidas não se encerra no 2º ano. (Ice, 2021, p.7)

Cada aula irá abordar uma pauta, totalizando 40 pautas trabalhadas em dois anos de projeto, em cada uma se abordará um tema, iniciando com a apresentação de cada aluno, suas qualidades e defeitos e finalizando com uma atividade com propósito de manter o aluno firme e sempre esperançoso de um futuro melhor e de alcançar seus sonhos.

Neste meio caminho há a construção de uma planilha dos sonhos e Portfólio do Estudante, de maneira a que os alunos sempre visualizem seus sonhos e mantenham o foco para chegar nele. Além dessas construções, o Centro Educacional Graça Aranha, também construiu um “mural/árvore dos sonhos” em que os alunos colocam seus sonhos e anseios profissionais. Foi feito um em cada sala e um no pátio da escola, para encorajar os alunos a manter-se firmes em seus estudos e na busca pelos seus sonhos.

Quando questionada sobre o projeto de vida, suas pautas e atividades trabalhadas, a coordenadora pedagógica afirmou que “Apesar dos muitos feriados que acabaram dificultando o cumprimento do calendário acadêmico, se está conseguindo, aproximadamente, concluir de acordo com o planejado”. Ela afirmou também que “em cada sala foi feita uma árvore dos sonhos, que apesar de irem se desfazendo ao longo do ano, é importante essa constante visualização do aluno, para que se estabeleça uma meta, ou até mesmo, para caso ele queira mudar seu foco de formação acadêmica”.

Outro componente da formação, importante nesse novo currículo, é a Cultura Espanhola, que foi a escolhida pelo Governo do Maranhão como maneira de cumprir com o requisitado no Art. 35-A, em sua 4º ementa (Brasil, 2018; ênfases adicionadas)

Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e **poderão ofertar outras línguas estrangeiras**, em caráter optativo, **preferencialmente o espanhol**, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

“Essa disciplina deve ser ministrada prioritariamente por professores de Língua Espanhola ou História. Possui avaliações e pode reprovar” (Ice, 2021). Quando questionada sobre a oferta dessa matéria na escola, a coordenadora afirmou que “Sim, tem professor de cultura espanhola, o professor é de história, e ele está sendo guerreiro, porque até o momento não chegou material, as orientações que a gente tem são as que vem no caderno (de orientações pedagógicas), os indicativos de conteúdo, são os do caderno, pois nunca chegou material detalhado de cultura espanhola, o professor está tendo que construir tudo, até porque não é fácil achar conteúdo, ele está trabalhando muito pra conseguir trabalhar. ”. Nessa fala, observa-se o quanto realmente ficou a desejar, não só o aperfeiçoamento dos professores para receber esse novo ensino médio, como também na atuação do MEC quanto ao apoio técnico e financeiro referido na BNCC (Brasil, 2018, p.21).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, apresentamos a nova estruturação do Ensino Médio, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, que veio para suprir e tentar nivelar os currículos oferecidos nas escolas do Brasil, levando em consideração as medidas continentais do país, além das várias realidades encontradas ao redor deste. EM tese, pode-se observar que a BNCC mostra como deve ser implementado, quais passos seguir e qual caminho seguir, onde ela falha, encontram-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/ 96), além das Diretrizes curriculares nacionais e regionais, que adequam as normas e leis a realidade de cada estado.

A implementação do Novo Ensino Médio, nas escolas públicas do Maranhão, em especial o lócus desse estudo, Centro de Ensino Graça Aranha, deixou muito a desejar, pois antes de concretizar a entrada deste, deveria ter reestruturado as escolas, de forma a suprir suas necessidades quanto ao requerido pela BNCC, além de que deveria ser ofertada uma formação continuada de qualidade, seja de forma presencial ou online. Os professores foram desassistidos e tiveram que aprender com suas próprias experiências o que fazer e não fazer nesse ensino médio, visto que o oferecido a eles foi ineficiente para a aplicação no Ensino Médio. Tendendo a repetir o erro, pois segundo o que foi observado e ouvido dos professores, até agora não se foi

comentado nada sobre como será a 2ª série do Ensino Médio, visto que o que será aplicado na 1ª série do próximo ano, é o que foi observado que deu certo neste ano, segundo experiências e práticas dos próprios professores e coordenador pedagógico.

Ao observar a receptividade dos professores quanto a essa mudança, se percebeu uma angústia e receio, devido a diminuição na carga horária de muitos componentes curriculares de fato importantes, que podem levar os alunos a um desnivelamento ainda maior comparado as redes privadas da cidade, ou até mesmo de outros estados, já na coordenadora pode-se notar um entusiasmo por parte desta pois, percebeu nesta nova estrutura uma oportunidade do jovem realmente protagonizar seu crescimento educativo, de maneira que chegando ao final do ensino médio este tenha uma real perspectiva do que quer fazer e de como fará para alcançar esse sonho.

Portanto, conclui-se que os maiores desafios quanto a implementação da BNCC foram a má organização quanto ao tempo, e a oferta de melhoras nas estruturas físicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em: 2 nov. de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 2 nov. de 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013**: altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília: Planalto Central, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 2 nov. de 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.056, de 13 de outubro de 2009:** Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Planalto Central. 2009. Disponível em: <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12056-13-outubro-2009-591732-publicacaooriginal-116776-pl.html#:~:text=Acrescenta%20par%C3%A1grafos%20ao%20art.,e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.>> Acesso em: 3 nov. de 2022.

BRASIL. **Resolução Nº 3, de 21 de novembro de 2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/SEB. 2018.

FRANCO, M. L. P.B. **Análise de Conteúdo** - série Pesquisa em Educação nº 6. Brasília: Plano, 2008.

ICE, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Caderno do Professor:** Aulas de Projeto de Vida. 2. ed. Recife: ICE, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora:** novas exigências educacionais e profissão docente. 10 Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARANHÃO. Caderno de Orientações Pedagógicas 2022. São Luís: SEDUC, 2022.

SZYMANSKI, H (org). **A entrevista na pesquisa em educação:** a prática reflexiva. Brasília: Liber Livro, 2004.